

APERFEIÇOAMENTO

Amagis debate a questão minerária e seus efeitos



Comissão trabalhou intensamente para garantir a realização do Congresso de Direito Minerário

Como parte das celebrações de seus 60 anos, a Amagis realiza nos dias 24 a 26 deste mês, em Belo Horizonte, o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, priorizando o aprimoramento da prestação jurisdicional, que, no dia 22 de maio, integrou uma série de eventos, como o curso Direito e Saúde, em homenagem às seis décadas da Associação em Alfenas.

Páginas 12 a 16

INTEGRAÇÃO

Encontro Nacional fortalece e dá coesão a pensionistas

Tiago Parrela



Pensionistas de todo o País participaram do encontro em Belo Horizonte

Pensionistas de todo o País participaram, dos dias 19 a 24 de maio, do X Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, realizado pela AMB e Amagis, em Belo Horizonte, consolidando a parceria cujo resultado fortaleceu e deu maior coesão às lutas desse segmento da classe, que reivindica o pagamento integral dos proventos e paridade no recebimento dos benefícios da magistratura.

Página 5

Com parceiros,
Amagis defende
direito de julgar
Página 3

Feminicídio é
tema do painel
da magistratura
Página 22

Adesão sem
carência a novo
plano acaba
neste mês
Página 24

Parcerias levam Amagis a ampliar vocação e atuação

HERBERT CARNEIRO*

Mais uma vez, neste mês de junho, a Amagis confirma a vocação ampliada ao dar sua contribuição no debate jurídico e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com a realização do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária. Essa será uma das grandes iniciativas que marcarão os 60 anos de nossa Associação neste ano. Com o apoio da magistratura e dedicação permanente das diretorias, obtivemos avanços importantes nestes 60 anos da Amagis, consolidando as prerrogativas da classe.

A parceria tem sido intensificada e, por meio de entendimentos exitosos com os outros Poderes, em especial com o Tribunal de Justiça, revitalizado por uma gestão moderna e participativa do presidente Pedro Bitencourt, demos salto de qualidade em nossas conquistas e no reconhecimento de nossos direitos. Agora, outras parcerias vêm institucionalizando o papel da Associação, além da defesa do magistrado e de suas prerrogativas, em favor do aprimoramento e capacitação do magistrado e fortalecimento do Judiciário.

Com a Ejef, investimos na atualização da formação por meio da promoção de palestras e seminários, a exemplo do que já aconteceu em Juiz de Fora sobre o novo CPC; em Alfenas, sobre Direito e Saúde; em Uberlândia, com o foco voltado à relação da magistratura e do Judiciário com a sociedade. A pronta resposta dos magistrados nos levou a outras participações como as do Sindicato de Empresas de Transportes de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH) e da Escola Superior Dom Helder Câmara. Em ambos os casos, tratamos do novo Código de Processo Civil. Várias outras iniciativas irão acontecer ao longo do ano, referenciando-as sempre na bem-sucedida trajetória de seis décadas de Amagis.

De iniciativa exclusiva da Amagis, pela primeira vez em nossa história, faremos congresso para aprimorar a capacitação na prestação jurisdicional e na abordagem dos reflexos econômicos, ambientais e sociais da atividade minerária no Estado. É extremamente oportuna a realização desse congresso, porque é destinado a debater um dos temas prioritários da sociedade.

O Judiciário e a magistratura têm papel preponderante nessa como em outras atividades humanas e econômicas e não ficarão omissos. Muitas vezes, o juiz

se depara com um processo e tem que decidir, de um dia para o outro, se tem que paralisar ou manter determinado empreendimento. Ele irá decidir melhor se conhecer mais da mineração, razão pela qual buscamos oferecer suporte técnico necessário a juizes sobre direito minerário. Trata-se de matéria específica e com demanda crescente. Alguns magistrados vêm enfrentando dificuldades técnicas naturais em razão da carência de peritos para auxiliá-los, com a presteza necessária.

A mineração é uma atividade que representa de 3% a 5% do PIB brasileiro, do qual Minas Gerais é o mais importante Estado nesse setor, com mais de 50% da produção nacional de minerais metálicos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração.

Além da importância econômica, a mineração impõe intensa discussão em função de aspectos relevantes como a questão ambiental e social. É fundamental a participação do Judiciário no debate das questões que envolvem o setor e a sociedade.

A iniciativa da Amagis se identifica também com o interesse cada vez maior dos magistrados pelo aprimoramento e aperfeiçoamento para enfrentar os desafios. No mês passado, quando exaltamos os 60 anos da Amagis na Comarca de Alfenas, o quorum foi elevado e reforçado pela

realização, na parceria com a Ejef, do curso Direito e Saúde, debatendo e trocando ideias sobre as ferramentas no enfrentamento dos desafios da crescente judicialização da saúde. Como missão constitucional, os magistrados não fogem ao compromisso e responsabilidade de dar respostas rápidas aos cidadãos, especialmente, em situações que envolvem o direito à saúde, o direito à vida. Ainda em Alfenas, os juizes e juízas do Sul de Minas deram exemplo de integração e dedicação ao Judiciário e à Amagis, razão maior da legitimidade e êxitos de nossa Associação.

Não poderia deixar de registrar também, com o mesmo entusiasmo, o bem-sucedido X Congresso Nacional de Pensionistas da AMB, em parceria com a Amagis, realizado em Belo Horizonte, que, a exemplo do primeiro, do qual Minas foi sede pioneira há 11 anos, reafirmamos a defesa das bandeiras de pensionistas e aposentados que são, como a dos ativos, de toda a magistratura nacional. ●

(*) Presidente da Amagis

“Judiciário e a magistratura têm papel preponderante na questão minerária, como em outras atividades humanas e econômicas, e não ficarão omissos”



Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sócio-cultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Revistas Amagis Jurídica e MagisCultura recebem textos

9

- » Amagis defende autonomia de todo o sistema de justiça 03
- » TV Bandeirantes adere à campanha da Amagis 03
- » TJMG atende reivindicação antiga dos juizes mineiros 04
- » Pensionistas buscam fortalecimento e direitos 05
- » Encor completa 10 anos com estudo jurídico em Ouro Preto 06
- » Amagis e Dom Helder promovem debate sobre novo CPC 07
- » Associações discutem congresso de magistrados 09
- » Revistas Amagis Jurídica e MagisCultura recebem textos 09
- » Novo ministro do STF tem ampla formação jurídica 10
- » Amagis debate mineração 12
- » Sul de Minas conta mais um capítulo da história da Amagis 15
- » Memorial revisita história da Amagis 16
- » Férias são inesquecíveis nas colônias da Amagis 18
- » Guia revela museus de ciências do interior de Minas 19
- » Amagis promove intensa vacinação contra gripe 23
- » Adesão sem carência ao Grupo de Estados acaba neste mês 24

Férias são inesquecíveis nas colônias da Amagis

18

Adesão sem carência ao

Grupo de Estados acaba neste mês

24

23

Amagis promove intensa vacinação contra gripe

ESTADO DE DIREITO

Amagis defende autonomia de todo o sistema de justiça

Georgia Baçvaroff

Em defesa do Estado de Direito, da Justiça e da independência de julgar, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, esteve, no dia 5 de maio, em Ouro Preto, na região central de Minas, e, no dia 11, em Barbacena, no Campo das Vertentes.

Na cidade histórica, a diretoria da Associação, com o apoio da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), promoveu ato em repúdio à campanha caluniosa, feita em redes sociais, contra a honra da juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da promotora Luíza Tróculo Fonseca e do servidor Ricardo Campos, do Fórum de Ouro Preto.

Participaram do ato em Ouro Preto, os diretores da Associação: desembargador Alberto Diniz e as juízas Rosimere Couto e Aldina Soares; o presidente da AMMP, Nêdens Ulisses, e a vice-presidente da AMMP, procuradora Shirley Fenzi Bertão, além de representantes da OAB, Defensoria Pública, e dos Poderes Legislativo e Executivo da comarca.

Em Barbacena, o presidente Herbert Carneiro acompanhou audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pres-



Diretores da Amagis e representantes do Ministério Público em ato em Ouro Preto

tou apoio ao juiz Joaquim Martins Gamonal, que esclareceu críticas e reclamações contra sua atuação em adoções. No

mesmo dia, 11 de maio, a Associação conquistou outra vitória para a classe, com a decisão do juiz Cristiano Oliveira Cesarino, da Comarca de Divinópolis, determinando que parem de ser veiculadas, por parte da mídia local, notas ofensivas ao

juiz Mauro Riuji Yamane, da 2ª Vara Criminal da Comarca. Em janeiro deste ano, a Amagis ingressou com ação em favor do magistrado, reafirmando sua atuação permanente em defesa da independência dos magistrados e do estado de Direito. ●

VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

TV Bandeirantes adere à campanha da Amagis

Reprodução internet



Vídeos produzidos pela comunicação da Amagis são exibidos na Band

A TV Band Minas incluiu na sua grade de programação, no mês de maio, a exibição da Campanha de Valorização da Magistratura por uma Justiça Cidadã, lançada pela Amagis no fim do ano passado, com o objetivo de destacar a importância do trabalho dos magistrados para

a vida dos cidadãos e para a construção da paz social.

A campanha faz parte das comemorações dos 60 anos da Associação, e o vídeo veiculado destaca a atuação dos magistrados mineiros nas áreas de execução penal, direito à saúde e mediação de conflitos familiares.

Participaram dos vídeos, vários juízes e juízas mineiros, focando o trabalho desenvolvido. Em fevereiro deste ano, a mesma campanha foi veiculada pela Rede Minas de Televisão. Os vídeos podem ser vistos no site amagis.com.br e no canal youtube.com/amagismg. ●

VALORIZAÇÃO DA CLASSE

TJMG atende reivindicação antiga dos juizes mineiros

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, depois de um pleito da Amagis, atendeu, no dia 29 de abril, a uma reivindicação antiga dos juizes mineiros, determinando que, a partir de agora, a designação de substituto para o exercício do cargo de técnico de Apoio/oficial de Apoio Judicial B, seja feita sem observância da lista de preferência, tendo em vista a conveniência administrativa.

Além disso, os critérios para escolha de contador e de escrivão, previstos no artigo 2º da Resolução nº 393, de 2002, muitas vezes levavam à designação de servidor que não preenchia o perfil necessário ao exercício de tais funções, razão pela qual a administração procedeu a alteração da forma de provimentos dos citados cargos.

Essa norma decorreu da necessidade de que as atribuições de escrivão judicial e contador judicial sejam exercidas por servidores devidamente qualificados e destinatários da confiança dos magistrados aos quais serão subordinados, promovendo melhor alinhamento entre magistrados e servidores, em benefício da prestação jurisdicional. Contudo, as referidas designações deverão recair em servidores efetivos titulares do cargo de oficial de Apoio Judicial, lotados na respectiva comarca.

Ainda de acordo com o documento, no caso das designações para os cargos de gerenciamento das secretarias de Juízo, os servidores devem ser graduados em nível superior, preferencial-

mente em Direito, conforme determinação do CNJ, prevista na Resolução nº 58, de 12 de agosto de 2008 e, no caso de designação para os cargos de gerenciamento das Contadorias, que se dê preferência para os servidores graduados em Direito ou Ciências Contábeis.

REPERCUSSÃO

O juiz Carlos Eduardo Vieira Gonçalves, da 1ª Vara de Família e Sucessões de Sete Lagoas, confirmou que essa é uma reivindicação antiga da magistratura, que irá aprimorar e agilizar a prestação jurisdicional no sentido de que o escrivão irá cumprir a decisão do juiz sem dificultar o método de trabalho do magistrado.

Já o magistrado Antônio José Franco de Souza Pêcego, da 3ª Vara Criminal de Uberlândia, afirmou que a Justiça de 1ª Instância terá maior credibilidade, aprimorando ainda mais a prestação jurisdicional.

O juiz Antônio Carlos Dias de Aguiar, da 1ª Vara de Família de Montes Claros, considerou a medida extremamente positiva para um cargo de confiança dos juizes.

ESCLARECIMENTO

No dia 14 de maio, a Amagis divulgou, a pedido do presidente do TJMG, desembargador Pedro Binteourt, esclarecimentos do Tribunal sobre o pagamento de direitos dos magistrados. De acordo com a Diretoria Executiva de Administração do TJMG, os pagamentos correspondentes a férias e diferenças salariais são efetivados de forma isonômica a juizes e desembargadores. ●

Marcelo Albert/TJMG



Decisão do TJ garante aos juizes designação de cargos

Dictum
Instituto de gestão e perícia

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
E EXTRAJUDICIAL
DE EMPRESAS.**

31 3282-5374
www.dictuminstituto.com.br

Rua Raimundo Correa | 52 | sala 02 |
São Pedro | CEP 30330-090 | BH | MG

X CONGRESSO BRASILEIRO

Pensionistas buscam fortalecimento e direitos

Pagamento integral dos proventos, paridade no recebimento dos benefícios da magistratura e o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas foram algumas das reivindicações aprovadas durante o X Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, realizado em Belo Horizonte, nos dias 19 a 24 de maio. O evento voltou a acontecer na capital mineira 11 anos após o primeiro encontro, em 2004.

Na Carta de Belo Horizonte, as pensionistas apontam ainda para a necessidade da realização de reuniões, em Brasília, das diretorias de departamentos estaduais de pensionistas, a fim de debater temas de interesse nacional, fortalecendo a organização associativa.

O primeiro passo para essa coesão foi a criação, em 2003, do Departamento de Pensionistas da AMB, conforme informou Eneida Barbosa, diretora de Pensionistas da Associação nacional. Atualmente, segundo a diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, a ideia é sensibilizar os presidentes de Tribunais e Associações para os problemas das pensionistas. “A expectativa é contar com o apoio das Associações, como temos aqui em Minas Gerais”, afirmou.

Na abertura do congresso, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, defendeu a integralidade e paridade entre ativos, aposentados e

pensionistas. “Garantir os direitos é preciso, em nome do respeito à dignidade e à dedicação daqueles que serviram o Judiciário e a sociedade durante a maior parte de suas vidas. Essa é uma missão primordial da AMB e de todas as Associações Estaduais de Magistrados”, afirmou Herbert Carneiro.

De acordo com o presidente da AMB, João Ricardo Costa, o encontro é importante não só para as pensionistas, mas por fortalecer a unidade da magistratura, resistindo ao que ele classificou como onda de retrocessos no País. “O principal é mantermos sempre a unidade da magistratura, juntamente com os presidentes das Associações estaduais, como destacou o atuante desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis. Esse movimento fortalece o Poder Judiciário”, concluiu.

No encerramento do congresso, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargador Tibagy Salles, destacou que a realização do congresso em Minas Gerais enriquece ainda mais as comemorações dos 60 Anos da Associação. O vice-presidente da AMB, juiz Sérgio Junkes, agradeceu a participação de todos e o apoio e a acolhida da Amagis. “A AMB é de vocês, que são exemplos de solidariedade e união para todos nós e para os juízes mais novos. O evento foi muito produtivo e tenho certeza de que todos os participantes tiveram muito êxito”, avaliou. ●

Georgia Bacvaroff



Magistrados prestigiam abertura do evento realizado em Belo Horizonte



João Ricardo Costa, presidente da AMB, reunido com as pensionistas



Tibagy Salles afirmou que o congresso enriquece os 60 anos da Amagis

NOVO CPC

Encor completa 10 anos com estudo jurídico em Ouro Preto

Criado com o objetivo de debater os trabalhos da Justiça, orientar os juízes e promover a interação entre a Corregedoria e a magistratura, o Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (Encor), completou 10 anos em maio.

Em sua 17ª edição, realizada na cidade histórica de Ouro Preto, no dia 14 de maio, o encontro promoveu, com os magistrados da comarca e região, o debate sobre o novo Código de Processo Civil. Na abertura da solenidade, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo dos Santos, apontou a importância do projeto idealizado pelo desembargador Roney Oliveira em 2005. “Seguimos cumprindo os objetivos primordiais do Encor de semear o aperfeiçoamento do exercício das funções administrativas, de fiscalização e disciplinares atribuídas ao corregedor e aos juízes diretores de foro”, afirmou.

A relevância da parceria entre a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e a Corregedoria foi destacada pelo segundo vice-presidente do TJMG, desembargador Kildare Carvalho, na promoção da formação continuada dos magistrados. “É preciso que o Judiciário se autoavaliar constantemente e sempre busque o aprimoramento da gestão de suas atividades, de modo a alcançar melhores resultados. Nesse contexto, o Encor tem se mostrado um importante instrumento”, avaliou.

Marcelo Albert/TJMG



Com o presidente do TJSP, Renato Nalini, magistrados mineiros prestigiam evento



Magistrados de Belo Horizonte e do interior participaram dos 10 anos do Encor

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, ressaltou que o Encor e os cursos promovidos pela Ejef dão à magistratura a oportunidade de aprimorar a sua formação. “O magistrado, hoje, precisa gerenciar uma secretaria, uma unidade jurisdicional. Para isso, ele precisa de conhecimento, aprimoramento”, disse.

Participaram da abertura, o presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, que fez a palestra magna, o vice-corregedor-geral de Justiça, desembargador Marcílio Eustáquio Santos; o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Wander Marotta; o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro;

o ex-presidente do TJMG e desembargador Sérgio Antônio de Resende; o ex-corregedor-geral de Justiça e desembargador Roney Oliveira e o diretor do Foro de Ouro Preto, juiz Edelberto Vasconcelos Santiago.

O novo Código de Processo Civil também foi tema do curso promovido, com o apoio da Amagis, pelo Sindicato

das Empresas de Transporte de Passageiros até do dia 29 de maio. O desembargador Alberto Diniz, diretor da seccional de BH, presidiu, no dia 11 de maio, a mesa sobre Direto Intertemporal e aplicação das normas processuais, cujo palestrante foi o desembargador Alexandre Freitas Câmara, do TJRJ. ●

PARCERIA

Amagis e Dom Helder promovem debate sobre novo CPC

Patricia Azevedo/Domtotal



Ciclo de Debates sobre o novo CPC é resultado da parceria entre Amagis e Dom Helder

A Amagis e a Escola Superior Dom Helder Câmara realizaram, nos

dias 26 e 27 de maio, o Ciclo de Debates sobre o novo Código de Processo

Civil. Na segunda etapa do curso, em data a ser confirmada, haverá a

participação especial dos ministros Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal,

e Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União.

A parceria entre a Amagis e a Dom Helder visa à formação continuada do magistrado. E, nesse sentido, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, propôs, no dia 27 de março, ao reitor da Escola, professor Paulo Umberto Stumpf, a realização de curso de mestrado para magistrados e um curso de pós-graduação. O desembargador Newton Teixeira, professor da Dom Helder, participou do encontro.

Na ocasião, Herbert Carneiro foi homenageado pela Escola Superior por ter presidido a Sessão de Julgamento do Tribunal Internacional Estudantil (TRI-e), realizado pela Dom Helder em 2014. O presidente da Amagis foi convidado para presidir a segunda edição do TRI-e, que será realizado dia 24 de outubro. ●

SISTEMA PRISIONAL

Herbert Carneiro defende integração



Presidente da Amagis no programa Chamada Geral

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, defendeu a interinstitucionalidade e intersetorialidade no sistema prisional brasileiro, durante audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, realizada no dia 28 de abril, na Câmara dos Deputados.

Para ele, é necessário que o Executivo, Legislativo e o Judiciário estejam em permanente interlocução para cumprirem o seu papel. E destacou ainda a importância do debate sobre

políticas de alternativas penais no País, bem como a destinação de recursos para o desenvolvimento dessa política.

Herbert Carneiro falou ainda sobre a necessidade da reforma do Código de Processo Penal e de um sistema integrado de informação da Justiça, para agilizar o Judiciário. No dia 14 de maio, o presidente da Amagis participou do programa "Chamada Geral", apresentado pelo jornalista Eduardo Costa, na rádio Itatiaia, e defendeu novamente as melhorias no sistema prisional brasileiro. ●

NOSSOS CLIENTES E NOSSAS OFERTAS TÊM ALGO EM COMUM: SÃO ABSOLUTAMENTE EXCLUSIVOS.

CLIENTES

M G

OPORTUNIDADE TOYOTA

Condições especiais para associados da AMAGIS. Consulte tabela.

Só na Rodobens você aproveita este convênio e encontra o melhor atendimento com vendedores exclusivos. Venha já fazer um test drive - não precisa agendar.

Entre em contato com os nossos vendedores.
Via Expressa - 2103-4800 - Sheila e Maria - stavares@rodobens.com.br
Raja - 2102-8400 - Wellington ou Marina - wleira@rodobens.com.br

Rodobens
Automóveis

UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

Dívidas com precatórios chegam a R\$ 100 bilhões

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os pagamentos dos precatórios, os entes federativos têm até 2020 para quitar a dívida que chega a R\$ 100 bilhões.

De acordo com o juiz Ramom Tácio de Oliveira, coordenador da Central de Precatórios do TJMG, estados e municípios devem encontrar mais dificuldades para pagar suas dívidas. Nesse quadro, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, buscam uma agenda comum para resolver o problema.

Como o senhor avalia a capacidade dos municípios, estados e União de pagarem os precatórios?

A União não enfrenta dificuldades para a quitação de sua dívida de precatórios, pois está em dia com os seus pagamentos. A situação é tormentosa para estados, Distrito Federal e municípios, que possuem dívida próxima de R\$ 100 bilhões. Quitar isso em cinco anos implica num desembolso por parte desses entes públicos de R\$ 20 bilhões ao ano.

O IPCAE pode impedir que os valores a serem recebidos pelos credores sejam corroídos pela inflação sem onerar o poder público?

Em linhas gerais, até 25 de março de 2015, a dívida de precatórios dos

entes estaduais, Distrito Federal e municípios deve ser corrigida pelas normas da caderneta de poupança. Depois desse prazo, deve-se aplicar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial. O novo índice de correção, mais o encurtamento de prazo estabelecido pelo STF para a quitação da dívida de precatórios, vão sobremaneira apertar os devedores.

Quais os efeitos das novas regras em relação aos procedimentos de acordos?

Irão facilitar os acordos, pois, para concorrer a eles, o credor deve apresentar em seu pedido proposta com percentual mínimo de deságio, no valor de 25% e, máximo, no valor de 40% sobre o seu crédito. Serão levados em conta os percentuais dos deságios oferecidos, primeiramente, nos precatórios de natureza alimentar e, em segundo lugar, nos precários de natureza comum, iniciando-se do maior deságio e seguindo-se, em ordem decrescente, até o menor. Dentro da classe da natureza do crédito, e respeitado o percentual de deságio oferecido, terá precedência na pauta, sucessivamente, o pedido do credor portador de doença grave; depois do credor que contar com

60 anos de idade ou mais na data do requerimento de habilitação nos acordos diretos; havendo empate entre os credores, terá preferência aquele credor cujo precatório seja mais antigo na ordem de precedência cronológica.

Quais as razões para a demora no pagamento dos precatórios?

O precatório responde por muita coisa que não deve ser debitada a sua existência. A sua criação surgiu na Constituição de 1934 para moralizar os pagamentos de responsabilidade do Poder Público, uma vez que, antes, apenas pessoas ligadas ao Poder é que recebiam os seus direitos. Na sequência, surgiu um endividamento público desenfreado, em consequência de más administrações, redundando no descumprimento dos pagamentos por essa via, sem que houvesse medidas aptas que pudessem contornar o mal. Por outro lado, existe atraso não somente no pagamento de precatórios. As demandas contra o Poder Público levam grande tempo para que deem margem à expedição dos precatórios.

O trabalho da Central de Precatórios do TJMG pode impedir que as pessoas fiquem esperando anos para

Marcelo Albert / TJMG



Juiz Ramom Tácio de Oliveira

receber os precatórios?

Como já dito, o trabalho conciliatório desenvolvido pela Central de Precatórios do TJMG é pioneiro no País, servido de exemplo para diversos tribunais. Dos 853 municípios mineiros, quase metade não registra mais dívida. O Estado baixou por demais a sua dívida. Hoje, a dívida atualizada do Estado e municípios não passa de R\$ 5 bilhões. O que se faz aqui é, sem dúvida, um trabalho de relevo e que tem gerados bons resultados, propiciando significativos avanços na fila cronológica dos pagamentos.

Há alguma situação que o senhor viven-

ciou que a demora do pagamento do precatório pode ter prejudicado o credor. Como foi enfrentar essa situação?

O precatório responde por muita coisa que não deve ser debitada a sua existência

É óbvio que não é fácil deparar com uma decisão judicial transitada em julgado ainda não cumprida, de forma a enxergar pessoas ansiosas para terem em mãos a concretização daquilo que ficou estabelecido pela Justiça. Posso dizer, entretanto, já que lido com precatórios desde fins de 2005, que mais vi felicidade de pessoas do que tristezas. O trabalho desenvolvido pelo TJMG conseguiu, por exemplo, liquidar dez anos de precatórios vencidos na cronologia em apenas dois anos. ●

JUSTIÇA E DEMOCRACIA

Associações discutem congresso de magistrados

Magistrados de todo o País participaram da reunião do Conselho de Representantes da AMB, realizado no dia 12 de maio, em Brasília, no qual foi discutido o Congresso Brasileiro da Magistratura, que acontecerá dos dias 29 a 31 de outubro, em Caldas Novas (GO), com o tema "O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea".

Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, que participou do encontro na capital

federal, o debate proposto é de extrema relevância uma vez que o Poder Judiciário é indispensável para a preservação da democracia e do Estado de Direito.

As inscrições para o congresso já estão abertas e podem ser feitas pelo site amb.com.br/congresso2015. Até o dia 15 de julho, custará R\$ 500,00; depois dessa data, o valor será de R\$ 600. Os interessados em inscrever teses, lançar livros ou participar do concurso de monografias podem ter mais informações no site do congresso. ●

AMB



Herbert Carneiro na reunião do Conselho de Representantes da AMB

SUBSTITUIÇÃO

Juiz assume na 7ª Câmara Cível

Georgia Baçvaroff



Maurício Soares assumiu a 7ª Câmara Cível

O juiz Maurício Torres Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, assumiu, no dia 18 de maio, a 7ª Câmara Cível do TJMG, em substituição ao desembargador Washington Ferreira. A escolha do juiz foi feita pelo Órgão Especial, por unanimidade, no dia 13 do mesmo mês.

O superintendente adjunto da Superintendência Administrativa

do TJMG, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, estiveram presentes na assinatura do termo de posse. Natural de Caratinga (Vale do Rio Doce), Maurício Soares formou-se em Direito pela PUC Minas em 1986 e ingressou na magistratura em 1993. ●

PARTICIPE

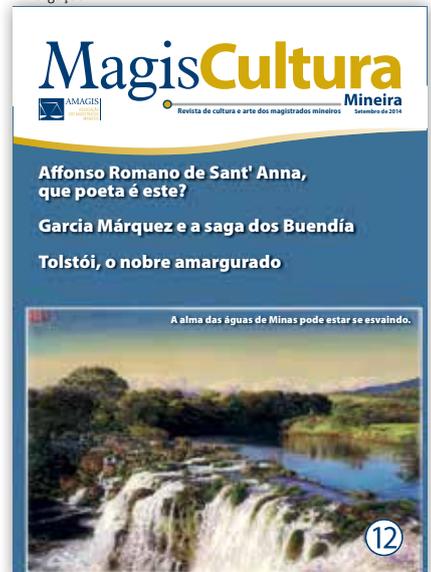
Revistas Amagis Jurídica e MagisCultura recebem textos

As próximas edições das revistas Amagis Jurídica e MagisCultura já estão sendo preparadas. Os interessados em participar podem enviar os textos, respectivamente, para imprensa@amagis.com.br e magiscultura@amagis.com.br. As normas de publicação estão disponíveis no site amagis.com.br, e o conteúdo enviado será avaliado pelos conselhos editoriais de cada revista.

A MagisCultura é destinada à produção cultural dos magistrados, como contos, crônicas, pequenas novelas, poemas, estudos, ilustrações, fotografias e pinturas.

Na Amagis Jurídica, são publicados artigos científicos dos magistrados e, ainda, pode haver a colaboração de advogados, promotores, defensores e professores, entre outros, na seção Espaço Aberto. Para mais informações e esclarecer dúvidas, o interessado pode ligar para a Assessoria

Divulgação



de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453 ou pelo e-mail imprensa@amagis.com.br. ●

PERFIL

Novo ministro do STF tem ampla formação jurídica

Aos 57 anos, o advogado gaúcho Luiz Edson Fachin irá tomar posse, no dia 16 de junho, como ministro, no Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014. A indicação de Fachin foi aprovada pelo Senado Federal no dia 19 de maio.

Natural de Rondinha (RS), o novo ministro mudou-se para o Paraná ainda criança. Graduado em Direito Pela Universidade Federal do Paraná, em 1980, concluiu mestrado na PUC-SP em 1986, onde fez doutorado, finalizado em 1991.

Fachin fez ainda pós-doutorado no Canadá, foi pesquisador convidado do Instituto Max Planck, na Alemanha, e professor visitante do King's College, na Inglaterra.

Durante sua trajetória, Fachin recebeu reconhecimento por suas teses sobre direito civil e de família, atuou em conflitos empresariais, no campo ambiental agrário e imobiliário e, no meio acadêmico, inovou ao interpretar as regras que regulam as relações privadas conforme os direitos básicos inscritos na Constituição. ●

Jefferson Rudy/Agência Senado

**Luiz Edson Fachin durante a sabatina no Senado Federal**

AQUI...



OU AQUI...



morse360

...seu patrimônio e outros objetos estão protegidos por uma empresa que faz isso com total segurança, há 34 anos!



O maior e mais seguro guarda móveis de MG.

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br



Dê mais celeridade e êxito aos processos de:

Recuperação Judicial

Falência

Execução



O grupo atua em todo o Estado de Minas Gerais e em parte do Estado de São Paulo a mais de uma década como auxiliar do Poder Judiciário nas Varas Federais, Cíveis e do Trabalho, nos processos de **Recuperação Judicial, Falência e Execução**.

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37)9947-7742 fernando@grupocredito.com.br



Leiloeiros especializados em leilões presenciais e On-line

Contato (37) 3242-2001 - 9862-5659

I CONGRESSO MINEIRO SOBRE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA



BELO HORIZONTE · MINAS GERAIS · BRASIL · AMAGIS 60 ANOS

Amagis debate mineração

A mineração é uma atividade que representa de 3% a 5% do PIB brasileiro. Minas Gerais é o mais importante Estado nesse setor, responsável, por exemplo, por mais de 50% da produção nacional de minerais metálicos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Apenas pela importância econômica, a mineração já merece intensa discussão. Há, porém, outros aspectos relevantes como a questão ambiental. Com o objetivo de promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a Amagis promoverá, de 24 a 26 de junho de 2015, o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, em Belo Horizonte.

O evento faz parte das comemorações dos 60 anos da Amagis e terá a participação de especialistas de todo o País, discutindo os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração em Minas Gerais, em função da crescente demanda judicial envolvendo a questão minerária.

A palestra de abertura, no dia 24 de junho,

será proferida pelo economista Paulo Haddad, ex-ministro da Fazenda e Planejamento no Governo Itamar Franco, e acontecerá no auditório do TJMG da avenida Raja Gabaglia (Veja entrevista na página 13).

Nos dias 25 e 26 de junho, o congresso prossegue no hotel Othon Palace, onde serão realizadas palestras com especialistas, como Ricardo Eudes Ribeiro Parahyba, coordenador do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que abordará o “Direito de Pesquisa e Lavra”; o advogado Adriano

Drummond Cançado Trindade, que falará sobre o “Direito de Superfície”, e o advogado Thiago Rodrigues Cavalcanti, que focará as “Medidas Compensatórias” (Veja a programação completa na página 14).

OFICINAS

Além das palestras, que serão realizadas pela manhã e no início da tarde, a partir das 16 horas, haverá oficinas temáticas. No dia 25, serão três oficinas e, no dia 26, serão realizadas outras quatro. No ato da inscrição, os participantes poderão

escolher uma das oficinas da qual desejam participar a cada dia, já que elas acontecerão simultaneamente.

O objetivo das oficinas é aprofundar o debate com a troca de experiências entre os participantes. Cada uma delas será coordenada por um profissional. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, comandará a oficina sobre “A Responsabilidade Penal das Mineradoras”

APRIMORAMENTO

O tema da mineração é complexo e de grande especificidade.

Para a juíza Juliana Beretta Kirche Ferreira Pinto, da 2ª Vara Cível e Criminal de Brumadinho, um dos principais municípios mineradores do Estado, é imprescindível a participação do magistrado no congresso promovido pela Amagis. “É uma oportunidade de colher orientações e doutrinas de modo mais específico. No dia a dia do juiz, fica muito difícil o aprofundamento nesse tipo de matéria, daí a importância da realização do congresso e do aprimoramento do magistrado”, afirmou a juíza.

O município de Mariana foi o segundo maior arrecadador de Compensação Financeira pela Exploração Mineral em Minas Gerais, em 2014. O juiz Frederico Esteves Duarte Gonçalves, da 1ª Vara Cível e Criminal da Comarca, reconhece que a mineração move a economia da região, o que, por si só, já revela a importância do tema. “Os negócios na região giram em torno da mineração, e isso impacta diretamente o nosso trabalho”, pontuou o juiz. ●



Comissão define últimos detalhes do Congresso de Direito Minerário

Georgia Bacvaroff



ENTREVISTA >> EX-MINISTRO PAULO HADDAD

Bruno Gontijo

O economista Paulo Haddad, que fará a palestra inaugural do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, é um dos maiores especialistas sobre mineração no País. Além disso, já foi ministro da Fazenda e Planejamento no Governo Itamar Franco.

Nesta entrevista ao Jornal DECISÃO, Haddad comenta os novos desafios gerados pela mineração, as soluções que podem ser encontradas e o papel do Judiciário.

“

Existe o interesse tanto das gerações presentes quanto das futuras. Essa nova agenda começou a criar conflitos entre interesses empresarias e da população

É possível compatibilizar o aspecto econômico de atividades com a mineração com a preservação ambiental? Qual a importância do Direito nessa questão?

Na relação entre Direito e mineração, até os anos 1970, as questões estavam muito centradas no direito de propriedade, direito de lavra, conflitos de interesse entre poder público e poder privado. Eram questões mais ligadas à propriedade. A partir de então, entrou o tema do meio ambiente e a discussão ficou mais complicada, pois a própria economia não sabe lidar bem com isso.

A questão básica é a seguinte: se você analisar a história do pensamento econômico, de David Hume até agora, eles tratam o meio ambiente da seguinte maneira: você tem um sistema econômico que usa recursos do meio ambiente - água, ar puro, florestas, recursos naturais renováveis ou não. E joga no meio

ambiente os resíduos orgânicos e inorgânicos, começando a aparecer as questões de poluição, desmatamento, do direito que o cidadão, e as empresas têm de usar o meio ambiente. Quando os recursos naturais eram abundantes, essa questão ainda não era um problema, porque o impacto da poluição dos carros ou do lixo orgânico no rio, por exemplo, ainda era pequeno.

Porém, com a industrialização pesada, com o uso de combustíveis fósseis, com a urbanização acelerada, a pressão sobre os recursos naturais começou a aumentar. Começou-se a se discutir o direito de poluir, quem tem direito de poluir. E existe o interesse tanto das gerações presentes quanto das futuras. Essa nova agenda começou a criar conflitos entre interesses empresarias e da população.

Qual papel do Judiciário nessa questão?

Esse tipo de problema cresceu muito, e fico feliz com o fato do Poder Judiciário se interessar pelo assunto. O Judiciário se torna um protagonista absolutamente indispensável, porque há um conflito de interesse entre gerações. Ele entra com o poder de arbítrio entre o objetivo do emprego, da renda e do crescimento econômico, com os interesses das futuras gerações e a preservação ambiental.

Como o senhor vê a legislação atual para o setor?

Comparando com as legislações americana, francesa e inglesa, ainda há muito para avançar. Nos Estados Unidos, por exemplo, estão usando um instrumento econômico chamado de “direito de poluir”. Tomemos como exemplo o rio Colorado, para o qual há várias demandas: de lazer, pesca, transporte, energia e irrigação. Se somássemos toda essa demanda, esgotaríamos a vida

do rio rapidamente. Nesse caso, o órgão ambiental, que faz a gestão do rio, estabelece critérios e limites para cada uso. Quando se estabelece o direito de poluir, cria-se um título, papéis semelhantes às ações de empresas, e se distribui esses títulos baseados na prioridade para cada setor. Feita essa distribuição, as empresas recebem o direito de poluir até determinada cota, que seja segura para não haver degradação do rio.

Seria uma forma semelhante à negociação de potencial construtivo nas cidades?

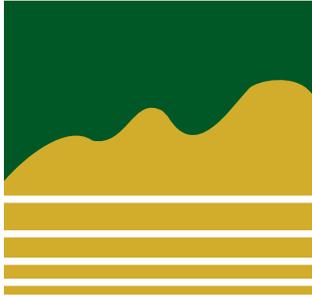
Exato. Pode-se, portanto, iniciar um mercado de títulos negociáveis. Se uma empresa, que tem direito a determinada cota, muda sua tecnologia e passa a poluir menos, ela pode vender os títulos dos quais não precisa mais. Tudo isso coloca a necessidade de modernizar nossa legislação. ●

”

Comparando com as legislações americana, francesa e inglesa, ainda há muito para avançar

O Judiciário se torna um protagonista absolutamente indispensável, porque há um conflito de interesse entre gerações

I CONGRESSO MINEIRO SOBRE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA



BELO HORIZONTE · MINAS GERAIS · BRASIL · AMAGIS 60 ANOS

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA:

Dia 24/06/2015, às 19h, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Unidade Raja Gabaglia.

Palestrante: Economista Paulo Roberto Haddad

Tema: “Mineração e Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Aspectos Econômicos”

ATIVIDADES - 25/06/2015:

9h - Primeira Palestra

Palestrante: Dr. Octávio Bulcão Nascimento

Tema: Marco Regulatório

10h – Coffee-break

10h30 - Segunda Palestra

Palestrante: Dr. Ricardo Eudes Ribeiro Parahyba – Coordenador de Ordenamento Mineral do DNPM

Tema: Direito de Pesquisa e Lavra

12h às 14h - Intervalo para almoço

14h30 - Terceira Palestra

Palestrante: Dr. Adriano Drummond Caçado Trindade

Tema: Direito de Superfície

15h30 - Coffee break

16h – Oficina: “Mediação de Conflitos Ambientais”

Convidada: Dra. Andressa de Oliveira Lanchotti

16h – Oficina: “Mediação e Direitos Superficiais”

Convidada: Dra. Priscila Ramos Netto Viana

16h – Oficina: “Conflitos Sócio-Ambientais na Mineração”

Convidada: Dra. Fernanda Aparecida Mendes e Silva Garcia Assumpção

ATIVIDADES - 26/06/2015:

9h - Primeira Palestra

Palestrante: Dr. Walter Lins Arcoverde – Diretor de Fiscalização Minerária do DNPM

Tema: Expansão da Atividade Minerária

10h – Coffee-break

10h30 - Segunda Palestra

Palestrante: Dr. Thiago Rodrigues Cavalcanti

Tema: Medidas Compensatórias

12h às 14h - Intervalo para almoço

14h30 - Terceira Palestra

Palestrante: Dr. Denes Martins da Costa Lott

Tema: “Fechamento de Mina”

15h30 – Coffee-break

16h – Oficina: “Aspectos Práticos e Técnicos das Ações Resultantes da Atividade Minerária”

Convidado: Dr. William Freire

16h – Oficina: “A Responsabilidade Penal das Mineradoras”

Convidado: Des. Herbert José Almeida Carneiro

16h – Oficina: “Projeto e exposição sobre o marco regulatório; legislação sobre o tema”

Convidado: Deputado Federal Gabriel Guimarães de Andrade

16h – Oficina: “Exploração Minerária: Evolução e Perspectivas”

Convidados: Dr. José Mendo Dr. Gerson Ferreira do Rêgo

19h - ENCERRAMENTO - JANTAR

INTEGRAÇÃO

Sul de Minas conta mais um capítulo da história da Amagis

Ao longo das seis décadas de sua história, o caminho trilhado para a consolidação da Amagis passou pelas comarcas do interior. Mais um capítulo dessa trajetória vitoriosa foi contado, no dia 22 de maio, em Alfenas (Sul de Minas), com a celebração dos 60 anos da Associação, que, mais uma vez, combinou o clima de confraternização com estudos jurídicos, por meio da realização do curso “Direito e Saúde”, promovido em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a presença da Associação nas comarcas do interior, em um momento tão especial, reafirma os compromissos associativos e de integração da gestão participativa. Herbert Carneiro destacou a participação dos magistrados do Sul de Minas para a ampliação da democracia no Judiciário e a aprovação na nova LODJ, e a parceira com o TJMG para a consolidação dessas vitórias.

“Todos sabemos das conquistas que tivemos nessa parceria, em especial com o presidente Pedro Bitencourt, e reafirmo o compromisso que temos porque quem está ganhando com isso é a instituição do Tribunal e a Amagis. Juntos, temos sido mais fortes”, disse o presidente da Amagis ao saudar o

presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, que participou da celebração.

Pedro Bitencourt agradeceu o convite para comemorar a data histórica, e afirmou que a Amagis é essencial para que a magistratura conquiste seus objetivos. “A tônica da nossa administração também é voltada para algumas questões corporativas da magistratura, que, há muito tempo, não eram reconhecidas”, disse o presidente do Tribunal ao reforçar a importância do diálogo entre TJMG e Amagis.

De acordo com o presidente da Comissão dos 60 anos, desembargador Jayme Silvestre, mais do que festejar, a proposta da Associação é congregar cada vez mais os magistrados de toda Minas Gerais. O magistrado reforçou o apelo para os colegas colaborarem com o envio de receitas para o livro “Receitas Ajuizadas”, cuja renda será revertida para a Creche Nutris.

Na ocasião, foram sorteados dois exemplares do livro “Judicialização da Saúde no Brasil”, cedidos pela desembargadora Vanessa Verdolim, coordenadora do Fórum Permanente de Saúde no Estado de Minas Gerais, cujos agradecidos foram o juiz Narciso Alvarenga, da Comarca de Poços de Caldas (Sul), e o desembargador Paulo Calmon. •

Tiago Parrela



Herbert Carneiro com Pedro Bitencourt e membros da Comissão dos 60 anos



Magistrados debatem o direito à saúde durante curso em Alfenas



Magistrados do Sul de Minas celebraram os 60 anos da Amagis

ASSOCIATIVISMO MINEIRO

Memorial revisita história da Amagis



Memorial preserva a história e tradição da magistratura mineira

No dia 9 de novembro de 1987, aproximadamente 300 magistrados participaram da Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, então presidente da Amagis, para discutir os vencimentos da classe.

Vinte seis anos depois, no dia 9 de agosto de 2014, cerca de 400 magistrados atenderam à convocação da atual gestão e, em uma assembleia histórica, aprovaram reivindicações por melhores condições de trabalho, segurança dos fóruns, democratização do Judiciário e pela defesa dos direitos trabalhistas, conquistadas nesses últimos dois anos e meio.

Mais do que importantes fatos do associativismo mineiro, essas duas assembleias são

exemplo da força dos magistrados do Estado. E, como parte das comemorações dos 60 anos da Amagis, com o intuito de preservar sua história e tradição, o memorial da Associação, inaugurado em 14 de outubro de 2009, será atualizado.

Nesses quase seis anos de criação do memorial, foram instaladas cinco novas seccionais no interior do Estado, o 1º e 6º andares da sede foram modernizados, foram criados o programa 'Amor à Vida' no Amagis Saúde e a homenagem aos magistrados aposentados, a Frente de Apoio Parlamentar ao Aperfeiçoamento da Justiça foi instalada, as sessões do Órgão Especial do TJMG passaram a ser transmitidas ao vivo pela Amagis, a Associação conquistou assento no Órgão Especial do TJ, entre outras conquistas. ●

DATAS HISTÓRICAS DA AMAGIS

- ↑
**21/10
1955** Registro da Amagis no cartório de pessoas jurídicas
- ↑
**12/12
1955** Assembleia Legislativa aprova, e governador Clóvis Salgado sanciona lei que reconhece Amagis como de utilidade pública
- ↑
**03/10
1970** Fundação da Associação Regional dos Magistrados Mineiros em Juiz de Fora
- ↑
**28/12
1970** Fundação da Associação Estadual dos Magistrados, em Belo Horizonte
- ↑
**12/05
1973** Estabelecida, na Zona da Mata, a primeira seccional do interior
- ↑
**15/03
1975** Primeira eleição da Amagis
- ↑
**22/04
1976** Criação do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico
- ↑
**18/04
1977** Estabelecida a Comissão de Construção da Sede da Amagis
- ↑
**23/01
1983** Inauguração da 1ª Colônia de Férias da Amagis em Nova Viçosa (BA)
- ↑
**30/06
1984** Inauguração do Parque Esportivo
- ↑
**25/02
1985** Amagis inicia Campanha Nacional pela Autonomia do Poder Judiciário
- ↑
**09/11
1987** Aproximadamente 300 magistrados participam da Assembleia Geral Extraordinária convocada para tratar dos vencimentos da classe
- ↑
**05/09
1988** Magistrados mineiros paralisam suas atividades por 48h
- ↑
**03/10
2003** Inauguração do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito
- ↑
**01/09
2007** Instituída a Medalha Desembargador Guido de Andrade

REFORMA

Modernização do Departamento Jurídico tem início em maio

A obra de revitalização do terceiro andar da sede da Amagis, que visa à modernização do Departamento Jurídico da Associação, já começou a ser executada. O principal objetivo da reforma é garantir um atendimento jurídico ao associado mais individualizado e com mais privacidade.

A mudança possibilitará maior integração da equipe do departamento, que hoje trabalha no mesmo andar, mas em três diferentes salas. Os atendimentos referentes a assuntos administrativos, ao TJMG, Jusprev e Ipsemg

serão realizados no mesmo espaço físico.

Com o avanço da obra, os departamentos Jurídico, Pessoal e Financeiro, que também serão modernizados, serão transferidos, gradualmente, para o quarto andar da sede da Amagis. A copa será revitalizada, atendendo às exigências da legislação trabalhista e para oferecer melhores condições de uso aos funcionários da Associação.

Todas as etapas da reforma serão acompanhadas pela comissão nomeada pelo presidente da Amagis, de-

Adriano Boaventura



Obras têm como objetivo melhorar o atendimento ao associado

sembargador Herbert Carneiro, formada pela juíza Riza Nery, direto-

ra do Parque Esportivo da Amagis, pelo desembargador aposentado

José Nicolau Maselli e pelo juiz José Eustáquio Lucas Pereira. ●

PORTARIA

Catracas organizam o acesso à sede da Amagis



Novo sistema de catracas já está funcionando

O novo sistema de catracas instalado com a reforma da fachada da sede da Amagis já está funcionando. A partir de agora, os visitantes, associados ou não, terão de se identificar na portaria, fazer o cadastro para receber o crachá de identificação e ter acesso ao prédio.

A medida tem como objetivo melhorar o

acesso e dar mais segurança aos frequentadores da Associação. As mudanças fazem parte das obras de modernização da sede da Amagis, que incluiu ainda a instalação de um portão na entrada, que é utilizado fora do horário de expediente.

As obras de renovação da fachada do prédio foram concluídas

em apenas três meses, e contou ainda com a instalação de uma rampa de acesso para pessoas portadoras de deficiência, e com a criação de um espaço de convivência na área externa, valorizando o imóvel e propiciando conforto e um ambiente agradável aos seus frequentadores.

A sede da Amagis foi inaugurada no dia 23 de maio de 1983, na gestão do desembargador Lincoln Rocha (1982-1985), e passou por várias obras de ampliação, manutenção e modernização das suas instalações. Conheça um pouco mais dessa história acessando a edição de maio do jornal DECISÃO, disponível no site amagis.com.br. ●

SENAC E BOMBEIROS

Servidores passam por capacitação



Treinamento de brigadistas nos Bombeiros

Com o objetivo de melhorar o atendimento ao associado, a Amagis capacitou os servidores da Associação com a realização, em maio, do Curso de Excelência no Atendimento ao Cliente, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-MG), que aborda técnicas e conhecimentos para o bom relacionamento.

No mesmo mês, os servidores da Amagis

fizeram ainda o curso de brigadista do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, cujo treinamento prepara os funcionários para executar as primeiras ações emergenciais de combate aos princípios de incêndio, evacuações e isolamento de áreas e contenções de vazamentos para evitar ou minimizar danos à propriedade, ao meio ambiente e terceiros. ●

FINAL DE ANO

Férias são inesquecíveis nas colônias da Amagis

Praias paradisíacas, instâncias hidromineiras, parques ecológicos e monumentos históricos. Essas são algumas opções de lazer que os associados poderão encontrar nas Colônias de Férias da Amagis, cujas inscrições para as férias de fim de ano podem ser feitas até o dia 14 de agosto.

Ao todo, são cinco unidades – Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ), Nova Viçosa (BA) e Caldas Novas (GO) –, distribuídas de forma abrangente, para facilitar o acesso nas diferentes regiões de Minas Gerais. O interessado em conhecer Nova Viçosa deverá optar por casa ou apartamento no ato da inscrição.

ATRATIVOS

No sul da Bahia, em Nova Viçosa, os associados podem aproveitar as praias da Barra, Barra Velha, Pontal, Sabacuê e Pau Fincado. Já em Cabo Frio, além das belas praias, os associados podem conhecer monumentos históricos

Henrique Pontes



Fim de tarde na colônia de Nova Viçosa, no Sul da Bahia

do período da colonização do Brasil.

As águas termais são uma opção para quem visita Caxambu, onde é possível conhecer o Parque das Águas, com 12 fontes de águas minerais. Para quem opta por descansar em Caldas Novas, onde também é possível visitar o Parque Estadual

de Caldas Novas, uma reserva natural que protege o bioma do cerrado brasileiro.

Para quem gosta de caminhadas, outra opção é o Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977, em Ubatuba, que une uma vegetação exuberante às belas praias do litoral paulista.

O sorteio das vagas será realizado no dia 20 de agosto, na sala da Amagis no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail cacia@amagis.com.br ou pelo fax (31) 3079-3455. Mais informações podem ser obtidas com Cácia Guedes pelo telefone (31) 3079-3459. ●

PERÍODOS DE INSCRIÇÃO PARA AS COLÔNIAS DE FÉRIAS

DEZEMBRO DE 20015

Nova Viçosa

01/12 a 10/12/2015
11/12 a 20/12/2015
21/12 a 29/12/2015

Caxambu, Cabo Frio, Caldas Novas e Ubatuba

01/12 a 07/12/2015
08/12 a 14/12/2015
15/12 a 21/12/2015
22/12 a 28/12/2015
29/12 a 04/01/2016

JANEIRO DE 2016

Nova Viçosa

30/12 a 09/01/2016
10/01 a 20/01/2016
21/01 a 31/01/2016

Caxambu, Cabo Frio, Caldas Novas e Ubatuba

05/01 a 11/01/2016
12/01 a 18/01/2016
19/01 a 25/01/2016
26/01 a 01/02/2015

Inscreeva-se:

cacia@amagis.com.br
Fax: (31) 3079-3459.

**EXCELÊNCIA
EM TODAS AS
INSTÂNCIAS.**



PROTETOR DE CÁRTER
CORTESIA: * JOGO DE TAPETES
INSULFILM

Home **
and Office
Delivery

**DESCONTO DE 6,5%
PARA OS MAGISTRADOS. *****

Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN

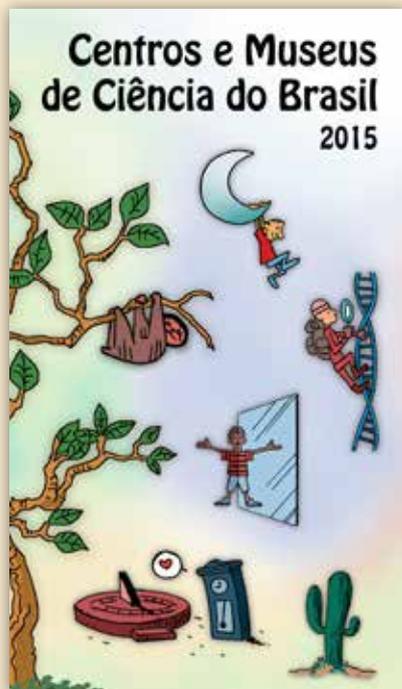


*Protetor de cárter, insulfil e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda CIVIC 2016, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Civic, City e Fit de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. ***Desconto de 6,5% do valor à vista PPS para o modelo Civic 2016, para filiados Amagis. Consulte condições. Condições válidas de 01/06/2015 a 30/06/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

CONHECIMENTO

Guia revela museus de ciências do interior de Minas



Guia está disponível na internet

Quando se fala em museu, a primeira imagem que vem à cabeça é a de quadros, esculturas, personagens e peças que marcaram época. Entretanto, o conhecimento reunido em um museu pode ir muito além das várias formas de expressão artística ou dos registros históricos.

Com o objetivo de popularizar a ciência, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e Inovação lançou, em maio, a edição 2015 do "Guia Centros e Museus de Ciências do Brasil", com informações sobre 268 espaços científico-culturais do País, como planetários, jardins botânicos, aquários e associações que atuam na popularização da ciência e da tecnologia. Com 155 unidades catalogadas, a região sudeste é a que oferece o maior número de

atrações à população. De acordo com o guia, em Minas Gerais, existem 20 centros e museus, um planetário e um jardim zoobotânico.

Enganam-se aqueles que pensam que as opções estão restritas à capital mineira. Na Zona da Mata, em Juiz de Fora, é possível conhecer o

Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde há salas de trabalhos manuais, audiovisual, planetário inflável e jardim sensorial, onde o tato e olfato são estimulados. Na mesma região, em Barbacena, está instalado o Museu da Loucura, no Hospital Colônia de Barbacena. No espaço, o visitante tem acesso a cinco salas nas quais estão dispostos objetos, documentos, fotografias, sons e instrumentos cirúrgicos que ajudam a compreender o dramático tratamento psiquiátrico no início do século XX.

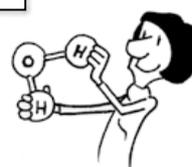
No Triângulo Mineiro, em Uberlândia, está o Museu de Biodiversidade do Cerrado, vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, onde há 266 animais taxidermizados e dez esqueletos (bichopreguiça, serpentes e

sapos são alguns exemplos), quase 50 ninhos de aves e insetos, peles de répteis, como jacaré e sucuri, um aquário com peixes e plantas típicos do bioma do cerrado. Em Uberaba, na mesma região, são os dinossauros que atacam a curiosidade dos visitantes. Integrado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro, compondo o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis, o Museu dos Dinossauros oferece aos visitantes uma exposição sobre fósseis e paisagens da região de cerca de 70 milhões de anos, reconstruídos sob a forma de dioramas e reproduções em tamanho natural.

Em Poços de Caldas, no Sul de Minas, o destaque fica por conta do Jardim Botânico, com uma área de 25 hectares, onde podem ser apreciadas araucárias, bromélias, cactos e orquídeas. No local, ainda há a exposição permanente sobre a vida e a obra do médico e botânico sueco Anders F. Regnell, que fixou residência na cidade e foi um dos principais colaboradores da flora brasileira.

A relação completa de museus de ciência do Brasil e de Minas Gerais está disponível no site mcit.gov.br/publicacoes. A publicação foi editada com o apoio da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCNC), da Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Museu da Vida/Fiocruz. ●

CENTRO DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



Rua Visconde de Mauá, 300, Santa Helena
Juiz de Fora, MG, CEP 36015-260
Tel. (32) 3229-7606
www.ufjf.br/centrodeciencias
centrodeciencias@ufjf.edu.br

Visitação
segunda a sexta • 8:00h às 18:00h
quintas • 19:00h às 21:00h
Entrada franca
Associado à ABCNC

FUNDAÇÃO JARDIM BOTÂNICO DE POÇOS DE CALDAS



Rua Paulo de Oliveira, 320
Parque Vêu das Noivas
Poços de Caldas, MG, CEP 37704-377
Tel. (35) 3715-6054
www.jardimbotanicopocos.org
fbpc@yahoo.com.br

Visitação
segunda a sexta • 9:00h às 17:00h
Entrada franca

MUSEU DA LOUCURA



Rua 14 de agosto, s/n, Floresta
Barbacena, MG, CEP 36202-850
Tel. (32) 3339-1611
chpb.nep@themig.mg.gov.br

Visitação
diariamente • 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:30h
Entrada franca
Associado à ABCNC

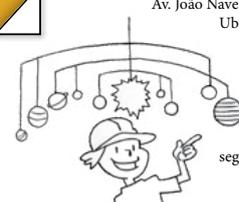
MUSEU DE BIODIVERSIDADE DO CERRADO



Av. Nossa Senhora do Carmo, 707, Jardim América
Uberlândia, MG, CEP 38401-710
Tel. (34) 3212-1692
Fax (34) 3218-2243
www.mbc.ib.ufu.br
mbc@inbio.ufu.br

Visitação
terça a domingo • 8:00h às 17:30h
Entrada franca

MUSEU DICA DIVERSÃO COM CIÊNCIA E ARTE



Av. João Naves de Ávila, 2.121, bloco 3E, Santa Mônica
Uberlândia, MG, CEP 38400-902
Tel. (34) 3230-9517
Fax (34) 3239-4106
www.dica.ufu.br/www
dica@infis.ufu.br

Visitação
segunda a sexta • 8:00h às 12:00h
e 14:00h às 17:00h
Entrada franca

INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marquês

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

O Via Justiça discute as prisões em flagrante e a superlotação carcerária. No Estado, são mais de 58 mil presos e apenas 32 mil vagas. Em pauta, a implantação das audiências de custódia para combater a superlotação das penitenciárias brasileiras e a situação das Centrais de flagrantes de Belo Horizonte. Nesse programa, participam a juíza Eveline Mendonça Félix Gonçalves, auxiliar da presidência do TJMG, e Hugo Barros, promotor de justiça de Minas Gerais. (Foto)

FORMAÇÃO DE JUÍZES

O Via Justiça aborda os concursos para juízes, focando as dificuldades de aprovação, as exigências de conhecimentos e a formação humanística dos pretendentes à magistratura. Quais os conhecimentos da psicologia, filosofia e sociologia do Direito devem ter os magistrados? Participam do programa, o juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, e o desembargador Newton Teixeira Carvalho, examinador de concurso extrajudicial.

DIREITOS AUTORAIS NO YOUTUBE

Uma ação na Justiça do Rio de Janeiro discute o pagamento de direitos autorais pela reprodução de conteúdo no YouTube. Duas leis regulam a matéria sobre gestão coletiva de direitos autorais e o marco civil da internet. Os direitos autorais no YouTube também são o tema do Via Justiça, que tem como convidados a desembargadora Ângela de Lourdes Rodrigues, da 8ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Hidelbrando Pontes, especialista em direito autoral.

25 ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Em 1990, foi publicado o Código de Defesa do Consumidor, com vigência no ano seguinte, definindo os parâmetros para resolução de conflitos entre consumidor e empresas. Um quarto de século depois, o Via Justiça discute porque é tão alta a carga judicial nessa área e quais os caminhos para aprimorar o atual código. Participam desse programa, o desembargador Antônio Bispo, da 15ª Câmara Cível do TJMG, e a advogada Rosane Ferreira. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO



JUSTIÇA NA ESCOLA

Programa desenvolvido em parceria com as coordenadorias da Infância e Juventude de todo o País com o objetivo de fechar as portas à criminalidade dentro das escolas. O “Justiça na Escola” é uma resposta do judiciário ao uso de drogas, à violência e ao bullying no ambiente escolar. Para saber mais sobre o projeto, conversamos com o juiz Serlon Silva Santos, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Patrocínio, no Alto Paranaíba. (Foto)

DÉFICIT DO SISTEMA CARCERÁRIO

Só neste ano, trinta penitenciárias brasileiras foram interditadas por superlotação e proibidas de receber novos presos. A capacidade total do sistema prisional de Minas é de 38 mil vagas, mas, hoje, já são 68 mil presos. Quais os caminhos possíveis e como deve agir a magistratura para solucionar tamanho déficit? Para falar sobre o assunto, recebemos o juiz Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, da 1ª Vara da Infância, Juventude e Execuções Penais de Betim (Grande BH).

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Os métodos de investigação estão cada vez mais sofisticados, por meio de ferramentas de espionagem, que devassam a intimidade, privacidade e direito de defesa dos investigados. Quais são os limites da investigação? Como investigar sem violar as garantias fundamentais da pessoa humana? Essas e outras questões foram colocadas para a juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal de BH.

60 ANOS DA AMAGIS

Em edição especial, o Pensamento Jurídico foi até Juiz de Fora para acompanhar o evento que inicia as comemorações dos 60 anos da Amagis. No programa, diversos magistrados falam sobre o papel da instituição e sua parceria com a Ejef pelo aperfeiçoamento, focando o Novo Código de Processo Cível, com vigência para 2016, e suas implicações no campo do direito. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

BEM DE CONSUMO

Os custos de manutenção de um carro no Brasil

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA

Com 87 milhões de automóveis rodando em nossas cidades, e milhares de outros novos alimentando mensalmente o trânsito, a vida dos motoristas e dos pedestres está ficando cada vez mais difícil. Isso para não falar nos corredores só para os ônibus a estreitar as pistas e na recente mania das ciclovias, politicamente corretas, porém inviáveis nas cidades de topografia acidentada ou de fluxo de tráfego intenso. Em Belo Horizonte, cidade projetada na prancheta, com quarteirões de cem metros dentro do perímetro da Avenida do Contorno, o motorista se vê obrigado a parar a todo instante, nos cruzamentos ou semáforos. Para quem não tem carro automático, haja preparo físico.

Dizem que país desenvolvido é aquele onde os ricos andam de transporte público. No Brasil, nem pensar. Os pobres andam mesmo é a pé, enquanto a classe média se acotovela espremida dentro dos ônibus e metrô onde existentes. Os muito ricos não dispensam os carrões ou se deslocam de helicóptero.

Persiste, sem solução, o dilema de abandonar o carro particular e adotar meios alternativos de locomoção. Pouca gente, contudo, pôs na ponta do lápis, os custos dessa falta de

opção, mesmo porque o uso do táxi não está ao alcance de todos. E mais. No corre-corre da vida diária, o problema é outro: nem sempre se consegue um táxi disponível, mormente na hora do rush ou da chuva.

Mas, afinal, vamos ao que interessa: quanto custa a opção

Persiste, sem solução, o dilema de abandonar o carro particular e adotar meios alternativos de locomoção. Pouca gente, contudo, pôs na ponta do lápis, os custos dessa falta de opção.

pelo carro próprio? Para Samy Dana, professor da Fundação Getúlio Vargas, as pessoas tendem a pensar apenas se a parcela do financiamento cabe no bolso, mas se esquecem de todos os demais gastos. “Carro não é um investimento, é um componente de consumo”, afirma. Até mesmo para despertar inveja no vizinho do andar de cima.

Além do combustível, estacionamento, seguro, IPVA, DPVAT, taxa de licenciamento, manutenção, conservação e outras despesas, é preciso consi-

derar a depreciação. O simpático professor da Fundação Getúlio Vargas chama a atenção para o item. O carro, ao sair da concessionária, perde em torno de 15% do valor e, em média, 10% a cada ano. Um automóvel de R\$ 40 mil, no fim de 4 anos, estará valendo R\$ 25,4 mil. Também o consultor financeiro da Academia do Dinheiro, Mauro Calil, confirma que a depreciação média dos veículos populares fica em torno de 10% ao ano.

O custo de oportunidade é outro fator para avaliar: o quanto se acumularia em uma aplicação financeira como um fundo DI – que possui rendimento médio estimado de 0,83% ao mês ou 10% ao ano. Se a opção for aplicar em vez de adquirir o bem, ao invés de perder R\$ 4 mil ao ano, o investimento renderia os mesmos R\$ 4 mil ao ano. Talvez o melhor seria adquirir um bem mais barato. Transcrevemos na tabela ao lado os principais gastos de um veículo de R\$ 60 mil (por ano, mês e dia), sem contar o financiamento (custo visível) e estacionamento.

Se ficou assustado com os gastos, reveja

CONFIRA QUAIS AS PRINCIPAIS DESPESAS O MOTORISTA TEM COM A MANUTENÇÃO DO CARRO

Seguro (5%)	R\$ 3.000,00	R\$ 250,00	R\$ 8,22
IPVA (4%)	R\$ 2.400,00	R\$ 200,00	R\$ 6,58
Seguro obrigatório (DPVAT)	R\$ 101,16	R\$ 8,43	R\$ 0,28
Combustível	R\$ 3.600,00	R\$ 300,00	R\$ 9,86
Taxa de licenciamento	R\$ 105,65	R\$ 8,80	R\$ 3,52
Manutenção	R\$ 500,00	R\$ 41,67	R\$ 1,37
Depreciação (10%)	R\$ 6.000,00	R\$ 500,00	R\$ 16,44
Limpeza	R\$ 600,00	R\$ 50,00	R\$ 1,66
Total	R\$ 15.306,61	R\$ 1.438,04	R\$ 47,92
Custo percentual em relação ao preço do carro	27,1776%	2,397%	0,0799%

seu orçamento e comece a cortar despesas ou faça como o modesto colunista, que, em 2004, comprou um imbatível fusca 73 por R\$ 6 mil e que, hoje, vale o triplo. Além de não beber quase nada – R\$ 40,00 por mês – o DPVAT não passa dos R\$ 50,00. Poderia ser custo zero (placa preta), caso não tivesse ignição eletrônica.

E ainda. Como carro é sinônimo de status social, ninguém pede esmola, distribui folhetos, vende balinhas ou faz piruetas no sinal. Quanto às imprecações familiares, tendo em conta a idade do veículo, o argumento irresponsável: fusca sim, e daí! Aliás, muito mais novo do que o dono. Suas finanças agradecem! ●



FEMINICÍDIO

Nova ação contra mortes violentas de mulheres

JUÍZA MARIXA FABIANE LOPES RODRIGUES*

Embora alarmante, o número de mulheres assassinadas dentro dos lares brasileiros registrou redução de 10% após a Lei Maria da Penha, segundo pesquisa publicada em março deste ano pelo IPEA. A Lei 11.340 de agosto de 2006 é considerada um dos três melhores diplomas legais do mundo na proteção da mulher, certamente porque trouxe importantes mecanismos na luta contra a invisibilidade da violência que, diariamente, aterroriza milhares de mulheres pelo Brasil.

Em nosso País, lamentavelmente, a violência doméstica contra as mulheres é tolerada e ainda encarada como um problema do casal. No entanto, as estatísticas sobre mortes violentas de mulheres – uma mulher é morta a cada hora e meia – deixa claro que essa prática é um problema a ser enfrentado por todos, principalmente pelo Estado.

Concitado a cumprir o seu papel, no dia 9 de março do corrente ano, em homenagem à comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Poder Executivo sancionou a Lei 13.105/2015, que cria a figura do Femicídio. Optou o legislador por incorporar o femicídio na legislação penal pátria, sob forma de qualificadora e causa especial de aumento de pena.

Assim, foi acrescentado o inciso VI ao art. 121 do Código Penal Brasileiro, segundo o qual passou a ser considerado homicídio qualificado o

femicídio. Na conceitualização da qualificadora, o legislador especificou que se trata de matar a mulher por razões da condição de sexo feminino quando o crime envolve: “I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.”

Foi também acrescentado o § 7o ao art. 121, que prevê como causa especial de aumento de pena as hipóteses em que o femicídio é praticado: “I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II

nhar a tendência mundial de tornar concretas ações afirmativas em favor da mulher, pois, tanto aqui, quanto fora de nossas fronteiras, a morte de mulheres em decorrência da desigualdade de gênero tem sido um preocupante problema. Pelo mundo afora, a figura do femicídio já existia antes de ser aqui implementada. Países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela já abrigam

contexto de violência doméstica, era corriqueira a tese defensiva de que o réu agiu sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. Trata-se de tese que fundamenta uma causa especial de redução da pena, que se acolhida impõe a redução da reprimenda de 1/6 a 1/3. No entanto, sendo o privilégio de caráter subjetivo, acaso reconhecido, afastava eventuais qualificadoras de natureza subjetiva, como o motivo fútil ou torpe.

homicídio privilegiado simples, podendo o réu pegar apenas 4 (quatro) anos de reclusão em regime aberto.

Com o advento do femicídio, acredito que tal distorção tenha sido corrigida, pois, é inegável a natureza objetiva da qualificadora já que o assassinato de uma mulher “por razões da condição de sexo feminino”, trata-se de elementar objetiva do femicídio, que poderá ocorrer nas duas hipóteses previstas no § 2o-A do art. 121 do CP: I - violência doméstica e familiar contra a mulher e II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Considerando que pela ordem de quesitação determinada pelo art. 483 do CPP, as teses defensivas são quesitadas antes das qualificadoras, caso o Conselho de Sentença reconheça o privilégio, ainda sim, serão votadas as qualificadoras de natureza objetiva, entre elas o femicídio. Referida qualificadora elimina a possibilidade de o réu ser condenado por homicídio simples privilegiado, como ocorria antes de sua vigência. No entanto, reconhecido o femicídio, não será possível ao magistrado por ocasião da dosimetria da pena reconhecer a agravante do art. 61, II, “f”, parte final, do CP, sob pena de bis in idem. ●

**Juíza de direito integrante do Grupo de Trabalho que cria Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.*

CNI



- contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima”. Em tais casos, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade.

Como toda lei nova, principalmente de natureza penal, o femicídio já encontra diversos críticos. Não foi diferente com a Lei Maria da Penha. No plano global, o Brasil nada mais está fazendo do que acompa-

em sua legislação penal a figura do femicídio, seja como tipo penal autônomo, agravante, qualificadora ou causa especial de aumento de pena.

A meu sentir, a criação do femicídio traz para nosso ordenamento jurídico mais uma importante ferramenta na defesa da mulher. Continuamente em plenários de Tribunais do Júri de todo o País, quando um réu era submetido a julgamento pelo assassinato de uma mulher em

Portanto, na prática, por exemplo, um réu que era denunciado por homicídio qualificado pelo motivo torpe, consistente em vingança, tendo como vítima a namorada, esposa ou companheira, em sendo acolhida a tese do homicídio privilegiado, a qualificadora restaria prejudicada e sequer seria submetida à apreciação pelo Conselho de Sentença. O lastimável resultado seria que aquela morte seria considerada

PREVENÇÃO

Amagis promove intensa vacinação contra gripe

Do mês de maio até agosto, com a baixa na temperatura, ar seco e aglomeração de pessoas em lugares fechados, aumenta a circulação e as chances de transmissão do vírus da gripe. Atenta a esse período, a Amagis Saúde promoveu, na sede da Associação, nos dias 14 e 15 de maio, a Campanha de Vacinação contra a Gripe para os usuários do plano de saúde da magistratura mineira.

A iniciativa coincide com ação do Ministério da Saúde, que, até o dia 22 maio, vacinou crianças de seis meses e menores de cinco anos, pessoas com 60 anos ou mais, trabalhadores da área da saúde, povos indígenas, gestantes puérperas (até 45 dias após o parto), população carcerária, funcionários do sistema prisional e pessoas portadoras de doenças não transmissíveis, consideradas pelo ministério como grupo prioritário para vacinação.

Após o contágio, o vírus da gripe permanece incubado até três dias. Os sintomas mais comuns são dor de cabeça, sensação de prostração, dor muscular e articular, espirros, secreções nasais, tosse seca e falta de apetite, febre acima de 38 graus e dor de garganta. Nas crianças, os sinais de infecção respiratória podem ser diferentes dos adultos.

Como não há tratamento específico



Campanha visou imunizar associados do Amagis Saúde e familiares

para gripe, os cuidados tomados são repouso, ingestão de líquidos, alimentação equilibrada e, quando necessário, o uso de medicamentos antitérmicos para reduzir a temperatura do corpo.

GRIFE OU DENGUE?

Com o alto número de casos de dengue no País, outra doença causada por um vírus (arbovírus), é preciso estar atento às diferenças nos sintomas das duas doenças. A dengue causa febre alta e dores no corpo, mas geralmente não ocasiona dor de garganta, congestão e tosse.

Normalmente, a pessoa gripada não apresenta manchas vermelhas no corpo. O cansaço, dor muscular e dor nos olhos podem ser comuns às duas doenças. Entretanto, esses sintomas nas pessoas contaminadas com dengue são muito mais agudos. Veja ao lado algumas diferenças entre a dengue e a gripe. ●

	GRIFE	DENGUE
Febre	Acima de 38° C	Início súbito e alta
Dor de Cabeça	Intensidade média	Forte
Dor Muscular	Intensidade média	Forte
Dor de Garganta	Pode haver	Não
Tosse	Geralmente forte	Não
Espirros	Sim	Não
Cansaço	Médio	Intenso
Secreção Nasal	Intensa	Não
Catarro	Intenso	Não
Dor nos Olhos	Quando há conjuntivite	Sim
Manchas Vermelhas	Não	Sim

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques - Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

MINAS, RIO E SÃO PAULO

Adesão sem carência ao Grupo de Estados acaba neste mês

Dia 30 de junho é o prazo final para os usuários do Amagis Saúde migrarem para o plano Amagis Saúde Grupo de Estados sem a exigência de carência. A medida atende à Resolução Normativa 186/2009, da Agência Nacional de Saúde (ANS), sobre a portabilidade para beneficiários de planos de saúde. Passada a data final, aqueles que decidirem usar o novo plano terão de cumprir todos os prazos previstos em lei.

O Amagis Saúde Grupo de Estados oferece atendimento em Minas Gerais, São Paulo

e Rio de Janeiro, sem a “diferença de tabela” que era aplicada no modelo de cobertura anterior, quando o associado utilizava a rede credenciada dos outros estados. As regras de coparticipação permanecem inalteradas.

A opção pela portabilidade deve ser feita pelo titular do plano, e a migração será feita para toda a família. Os serviços do Amagis Saúde, que oferece atendimento eletivo, de urgência e emergência em toda Minas Gerais permanecerão inalterados. As regras

da Unimed também não sofrem mudanças.

O Amagis Saúde Grupo de Estados foi criado no dia 14 de fevereiro, em Assembleia Geral Extraordinária realizada, no auditório da Amagis, com a participação de cerca de 500 magistrados de todas as regiões de Minas. O plano foi aprovado pela ANS, no dia 10 de abril, com o número de registro 471.054/14-1. Os interessados em fazer a migração podem ligar para (31) 30079-3482, 3079-3499 ou 3079-3492. ●

Tiago Parrela



Alteração de plano deve ser feita na Amagis



DICAS DO AMAGIS SAÚDE

CANCELAMENTO DE CONSULTA

Caro associado, caso não possa comparecer a uma consulta médica desmarque-a com o máximo de antecedência, pois outra pessoa pode estar precisando do atendimento com urgência. Quando o cancelamento não é feito, o médico fica à sua espera e outro usuário do Amagis Saúde pode ser prejudicado.

Esclareça suas dúvidas no site amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3499

Instituto Mineiro
de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

ANS Nº 41669-0